

ESCREVIVÊNCIAS COMO PRÁTICAS COMUNICATIVAS CONTEMPORÂNEAS: A ESCRITA DE SI COMO CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES DE MULHERES NEGRAS

ECREVICÊNCIAS AS CONTEMPORARY COMMUNICATIVE PRACTICES: THE WRITING OF ITSELF AS CONSTRUCTION OF SUBJECTIVITIES OF BLACK WOMEN

Carine Campos Santos ¹

Maylla Monnik Rodrigues de Sousa Chaveiro ²

Resumo: O presente artigo visa apresentar o conceito de *escrevivências*, de autoria da escritora Conceição Evaristo, como instrumento de combate à violência interseccional e como importante prática comunicativa contemporânea. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar e qualitativa, realizada a partir do aporte epistemológico dos estudos de gênero e interseccionalidade, comunicação e direitos humanos. Nesta pesquisa, apresenta-se o conceito de *escrevivências* como ferramenta de construção de subjetividade e autoconhecimento. A princípio, discute-se sobre o histórico de silenciamento das narrativas de mulheres negras no Brasil. Posteriormente tem-se o significado e importância das *escrevivências* na construção de espaços de subjetividade e comunicação dessas mulheres. Por fim, este trabalho também representa uma forma de reivindicação na construção de novas epistemologias a partir das vivências de pessoas em grupos subalternizados.

Palavras-chave: *Escrevivências. Interseccionalidade. Comunicação. Mulheres Negras.*

Abstract: This article aims to present the concept of *escrevivências*, authored by the writer Conceição Evaristo, as an instrument to combat intersectional violence and as an important contemporary communicative practice. This is an interdisciplinary and qualitative research, conducted from the epistemological contribution of gender and intersectionality studies, communication and human rights. This research presents the concept of *escrevivências* as a tool for building subjectivity and self-knowledge. At first, it discusses the history of silencing the narratives of black women in Brazil, later has the meaning and importance of the *escrevivências* in the construction of spaces of subjectivity and communication of these women. Finally, this work also represents a form of claim in the construction of new epistemologies from the experiences of people in subaltern groups.

Keywords: *Escrevivências. Interseccionality. Communication. Black Women.*

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4771166922588596>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0758-6916>. E-mail: carinecampos.santos@yahoo.com

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra e Graduada em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Psicóloga Clínica e Supervisora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0617185690120819>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7581-105X>. E-mail: maylla.chaveiro@gmail.com

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar o conceito de Escrevivências, de autoria da escritora Conceição Evaristo, como instrumento de combate à violência interseccional e como importante prática comunicativa contemporânea. Ademais, esse trabalho também busca apresentar as escrevivências como ferramenta metodológica de investigação e produção de conhecimento que contrapõe o epistemicídio dos saberes de pessoas negras (Soares e Machado, 2017).

Os resultados desta pesquisa foram extraídos do Trabalho de Conclusão de Curso em psicologia sobre a importância das Escrevivências como ferramenta promotora de saúde mental e de subjetividades em grupos silenciados no Brasil, como o povo negro. Partindo de um breve histórico das narrativas de mulheres negras, pensar na história destas ao longo do tempo é se deparar com indivíduos sem a possibilidade de exercer sua sensibilidade, tendo sempre que performar força; mulheres que não tinham suas histórias escritas, e quando tinham partiam de uma perspectiva de sofrimento e colonização.

Nos Estados Unidos, durante a primeira onda do movimento feminista, que ocorreu principalmente nas décadas de 1910 e 1920, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de voto, as mulheres negras ainda eram subjugadas, inclusive pelos homens negros que buscavam seus direitos dentro da sociedade norte-americana, mas não necessariamente buscavam modificar o sistema interno que regia o país, mas sim conseguir um lugar dentro deste, embora se tratasse de um sistema patriarcal que não pretendia viabilizar a participação de mulheres, muito menos as que eram negras (hooks, 2019). O lugar de mulheres negras ao lado dos homens negros ainda era o de submissão, de apoio e de cuidado, não de protagonismo, submetendo esse grupo a mais uma opressão para além da de gênero, a sexista.

Paralelamente, enquanto o movimento entre mulheres negras destacava que elas eram vítimas de dupla opressão, sendo afetadas tanto pelo racismo quanto pelo sexismo, as feministas brancas tendiam a romantizar a experiência dessas mulheres, em vez de discutir o impacto prejudicial da opressão. Quando as feministas reconhecem coletivamente que as mulheres negras são vítimas e, ao mesmo tempo, enfatizam sua força, sugerem implicitamente que, apesar da opressão que enfrentam, as mulheres negras conseguem superar os efeitos negativos da opressão simplesmente por serem fortes - o que não é verdade (hooks, 2019).

Em geral, quando pessoas falam sobre a “força” de mulheres negras, referem-se à maneira como percebem que mulheres negras lidam com a opressão. Ignoram a realidade de que ser forte diante da opressão não é o mesmo que superá-la, que resistência não deve ser confundida com transformação (hooks, 2019. p.23).

Tem-se, então, que a mulher negra era colocada no lugar em que mulheres brancas lutavam para não estar: as mulheres fortes que eram super-mães e cuidadoras, que carregavam fardos pesados e que tinham disponibilidade como objeto sexual. A partir disso, nota-se a desumanização que vem sendo construída no imaginário coletivo desde então, que é reproduzida ao longo de diversas narrativas midiáticas ainda hoje, tal como em novelas as quais atrizes negras permanecem ocupando o lugar da “mãezona”, da doméstica que cuida de tudo e todos, a conselheira, aquela que é completamente ingênua e forte, mas que, ao mesmo tempo, é falha e pouco confiável. É, ainda, aquela que é símbolo sexual e que atrai todos os olhares, a estrela “globeleza” dos carnavais (Gonzalez, 2020). Pensar nas formas como as mulheres negras eram e são vistas é essencial para modificar estereótipos e construir a ideia de subjetividade e narrativas únicas que esse trabalho\ artigo se propõe a fazer.

Quando falam de pessoas negras, o foco tende a ser *homens* negros; e quando falam sobre mulheres, o foco tende a ser mulheres *brancas*. Em nenhum espaço isso é mais evidente do que no vasto *corpus* de literatura feminista (hooks, 2019. p.11).

A autora bell hooks (2019) afirma ainda o seguinte:

Desde o início de meu envolvimento com o movimento de mulheres fiquei perturbada pela insistência das liberacionistas brancas de que raça e sexo eram duas questões separadas. Minha experiência de vida me mostrou que as duas questões eram inseparáveis, que, no momento de meu nascimento, dois fatores determinaram meu destino, o fato de eu ter nascido negra e o fato de eu ter nascido mulher (hooks, 2019. p.17).

Além disso, no Brasil, essa dupla visão da mulher negra que se resume entre a mãe preta e o objeto sexual, também pode ser visto no lugar subserviência em suas profissões, não que haja ofícios melhores que os outros, mas que essas mulheres, em sua maioria, ocupam lugares de servidão, ainda mais que mulheres brancas nessa mesma posição. O trecho a seguir escrito por Lélia Gonzalez (2020, p.76) descreve um pouco disso: “por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira, e raramente copeira? Por que é ‘natural’ que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc. e tal?”. Nota-se aqui outro fenômeno que automaticamente coloca as mulheres negras em contradição com o feminismo branco: as mulheres brancas agora têm sua liberdade de trabalho e de escolha, enquanto mulheres negras são colocadas dentro de suas casas para cuidar de seus filhos e servir, cenários que ilustram o racismo estrutural em que são impostos (Almeida, 2019).

Similarmente, tal como na construção histórica do racismo no Brasil, a estrutura em que pessoas negras são colocadas social e psicologicamente também são reproduzidas, e reforçadas, através da literatura na qual, muitas vezes, ocupam lugares sem expressão, de coadjuvantes ou, para representar a visão de pessoa violenta e má, de vilões (Duarte, 2014). Além do fato de que as histórias escritas -ficcionais ou não- de um país diz muito de sua cultura e problemáticas, elas também contribuem na constituição do sujeito. Se esses elementos são compostos de imagens negativas, há a promoção de uma visão destrutiva e descaracterização desse sujeito (Fanon, 2020).

A maioria dos conteúdos artísticos consumidos no Brasil derivam de criações e realidades brancas feitas para pessoas brancas, bem como são de origens eurocêntricas (Ribeiro, 2020). Pode-se inferir como a branquitude se instaura na sociedade a ponto de impor seu modo de ser, ver e viver para os demais grupos raciais. Segundo a psicóloga e ativista brasileira Cida Bento (2022), a branquitude é um conceito que aborda a posição e privilégio social atribuídos à raça branca em determinadas sociedades. Essa perspectiva destaca como historicamente a raça branca tem sido considerada a norma em muitas civilizações ocidentais, resultando em vantagens e privilégios para as pessoas brancas em comparação com as de outras raças ou etnias.

Assim, apresentam-se imagens de personagens e narrativas das vivências de pessoas brancas ou mesmo da visão de pessoas brancas sobre as negras, que, por fim, são referências consumidas por pessoas negras e que constituem a autoimagem e comunicação desse povo (Fanon, 2020). Desse modo, é necessário que pessoas negras possuam referências que permitam a constituição de um discurso de si. Afinal, como descrito pela autora bell hooks (1989, p.42), sujeitos são aqueles que possuem o direito de definir sua subjetividade, ou seja, que estabelecem suas próprias identidades, nomeiam suas histórias e têm o direito de definir a realidade que lhes faz sentido.

Em se tratando das subjetividades de mulheres negras, como histórias de sofrimento, violência e de apagamento poderiam contribuir positivamente na constituição destas? Pensar no apagamento das histórias de mulheres negras subalternizadas por tanto tempo é considerar um fator interseccional na construção de conhecimento e narrativas no Brasil e no mundo. A interseccionalidade tem sido uma ferramenta conceitual e metodológica muito importante e bastante utilizada na área das ciências humanas, principalmente em discussões sobre justiça social e igualdade de direitos (Chaveiro, 2023, p.59).

Como descrito pela teórica Kimberlé Crenshaw (1990), a interseccionalidade contribui para a compreensão de que a estrutura de opressões que se entrelaçam, interage entre si criando experiências únicas de discriminação e privilégio. Dessa forma, para além de pensar o feminismo, a ativista Carla Akotirene (2019) destaca a perspectiva do feminismo negro a partir dessa abordagem interseccional, a qual demanda constantemente indagação sobre de qual mulher e aspectos de

sua identidade se discutem, direcionando a atenção para questões que tradicionalmente não foram contempladas pelo feminismo branco. A autora sustenta que ao reconhecer as experiências interseccionais das pessoas, é possível construir movimentos mais inclusivos e eficazes na busca por um mundo mais equitativo e justo.

Dessa forma, ao considerarmos as dimensões sexista e racista às quais as mulheres negras são constantemente submetidas, estamos contribuindo para a construção de um entendimento mais completo e sensível. Produzindo, assim, narrativas mais plurais e que, de fato, conversem com experiências reais de pessoas em grupos subalternizados. É essencial enfatizar a criação de narrativas de mulheres negras nos variados campos de comunicação como fundamental para promover uma singularidade que permita a observação da luta dessas mulheres sob uma perspectiva social que verdadeiramente reflita suas realidades e atenda às suas necessidades.

Ademais, como expressa Ramos (2005) “o direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia” (p.248), sendo esse um direito a ser garantido em espaços culturais, políticos, artísticos e educacionais, afinal, é um importante instrumento de preservação, valorização e afirmação de valores culturais existentes num país. Desse modo, a produção de conhecimento, advindo de diversos grupos, também é um direito social brasileiro. Valorizar os diversos tipos de experiências é contribuir com a constituição de subjetividades amplas.

Para a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza (2021), a subjetividade vai além dos limites psicológicos individuais, estando intrinsecamente ligada às relações sociais e às estruturas de poder vigentes. Sua abordagem concebe a subjetividade como um espaço onde as identidades são moldadas, contestadas e negociadas, considerando as nuances das intersecções entre raça, gênero e classe social. A autora examina como as experiências, tanto individuais quanto coletivas, são configuradas por variáveis sociais, culturais e históricas, ressaltando as dinâmicas de poder que permeiam essas construções subjetivas, e devem ser levadas em consideração a todo momento.

Escrevivências como ferramenta de comunicação e construção de novas narrativas

Também já afirmei que invento sim e sem o menor pudor. As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção. Nesse sentido venho afirmando: nada que está narrado em Becos da memória é verdade, nada que está narrado em Becos da memória é mentira. Ali busquei escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade (Evaristo, 2017, p.10).

Partindo dessa discussão sobre os lugares e as lutas das mulheres negras, e considerando a necessidade da construção de espaços de subjetividade e comunicação, também a partir da narrativa literária e audiovisual, pode-se pensar na importância das escrevivências para a recuperação e construção da identidade histórica e de novas identidades para o povo negro. Escrevivência é um conceito criado pela escritora e ativista brasileira Conceição Evaristo, que se refere à experiência de escrever a partir da vivência pessoal e coletiva de sujeitos negros, especialmente mulheres negras.

Conceição Evaristo nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1946. É uma das vozes mais proeminentes e influentes da literatura brasileira contemporânea e é reconhecida por sua escrita que aborda, em grande parte, a vida e as lutas das mulheres negras no Brasil. Evaristo começou a escrever na década de 1990 e publicou seu primeiro livro, “Ponciá Vicêncio”, em 2003, que narra a história de uma mulher negra que busca construir uma vida digna em meio à pobreza e ao racismo. Desde então, ela publicou vários outros livros, incluindo “Becos da Memória”, “Olhos d’Água” e “Insubmissas Lágrimas de Mulheres” (Evaristo, 2009).

Além de sua carreira como escritora, Evaristo é uma ativista pelos direitos das mulheres negras e tem sido uma voz importante no movimento feminista negro no Brasil. É, também, professora e pesquisadora, tendo atuado em universidades no Brasil e no exterior, e já recebeu

vários prêmios e honrarias por sua contribuição à literatura e aos direitos humanos. Sua escrita é profundamente influenciada por suas próprias experiências como mulher negra e trabalhadora, e aborda temas como racismo, violência, pobreza e desigualdade social, ao mesmo tempo em que celebra a resistência, a solidariedade e a luta por justiça e igualdade.

Evaristo afirma que, ao fazer uma análise mais aprofundada da literatura brasileira, percebe-se uma imagem distorcida da mulher negra ao longo das diferentes épocas e gêneros literários. Um aspecto importante a ser observado é a falta de representação da mulher negra como mãe e líder de uma família negra, um papel geralmente atribuído às mulheres brancas. Na literatura, frequentemente, a descendência da mulher negra é eliminada ou morta, perpetuando uma narrativa de exclusão e violência. Ademais, é comum retratar as mulheres negras como anti-musas da sociedade brasileira, visto que o padrão estético de mulher que prevalece é o da mulher branca. Isso faz com que as mulheres negras sejam consideradas como um grupo separado e marginalizado na sociedade, sem a mesma representação e valorização na literatura e na cultura em geral (Evaristo, 2005).

Na ficção, quase sempre, as mulheres negras surgem como infecundas e por tanto perigosas. Aparecem caracterizadas por uma animalidade como a de Bertoleza que morre focinhando, por uma sexualidade perigosa como a de Rita Baiana, que macula a família portuguesa, ambas personagens de *O Cortiço*, (1890) de Aloísio de Azevedo, ou por uma ingênua conduta sexual de Gabriela, Gabriela, Cravo e Canela, (1958) de Jorge Amado, mulher-natureza, incapaz de entender e atender determinadas normas sociais (Evaristo, 2005, p.53).

Como dito por Evaristo, enquanto existem narrativas literárias que invisibilizam ou representam as mulheres negras mediante estereótipos, há um discurso literário alternativo que busca desafiar esses modos consagrados de representação. Através do uso da escrita, as mulheres e/ou autoras negras podem assumir o controle da narrativa, apropriando-se dessa ação como símbolo de poder e se inserir na literatura brasileira imagens que reflitam uma autorrepresentação negra, tal como descrito no trecho a seguir:

Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida (Evaristo, 2005, p.54).

Assim, é possível notar que a experiência das mulheres negras na escrita tem resultado em novos perfis literários no Brasil, tanto em termos de conteúdo quanto de novas autorias. Essa inovação literária é profundamente influenciada pelo contexto sociocultural em que as escritoras se encontram ao produzir suas obras. As mulheres negras, ao assumirem o papel de escritoras, têm a oportunidade de trazer novas perspectivas e vozes para a literatura brasileira (Evaristo, 2005), bem como para os roteiros de conteúdos no meio digital e audiovisual em filmes e podcasts, uma vez que suas experiências pessoais e culturais têm um papel fundamental na construção dessas narrativas, dessas escrevivências.

A palavra “escrevivência” é uma junção de “escrever” e “vivência”, e busca destacar a importância da escrita como forma de expressão e resistência contra a opressão e a invisibilidade que historicamente atingem a população negra. A escrevivência propõe a valorização da narrativa pessoal, familiar e comunitária do povo negro, e a compreensão de que essa narrativa é parte fundamental da história e cultura brasileiras. Além disso, a escrevivência tem um caráter político, ao apontar para a importância da construção de narrativas próprias que não reproduzam estereótipos

e preconceitos historicamente associados à população negra. Através da escrevivência, a literatura negra brasileira tem se destacado na valorização da diversidade cultural e na desconstrução de estereótipos, contribuindo para a promoção de uma sociedade igualitária. Ademais, essas narrativas, que podem falar de si e, ao mesmo tempo, incluir um coletivo de experiências, têm sido fundamentais na promoção de resistência e empoderamento de pessoas negras no Brasil (Evaristo, 2020; Soares e Machado, 2017).

Como dito pelo psicólogo Lucas Veiga (2021), a partir dessas novas narrativas é possível criar linhas de fuga e pensar a saúde mental de pessoas negras. Para o autor, a ficção e a realidade se encontram como construção de possibilidades de viver e existir em um contexto paralelo que é o de um sistema se alimentando com o apagamento da população negra, com seu embranquecimento (Veiga, 2021).

Não se pode perder de vista o fato de que criar ficção é próprio da vida humana, ficção não tem nada a ver com *fake*. Ficção é a própria realidade. Existimos ficcionando. O problema se instaura quando a ficção que o mundo está produzindo nos prende em modos fixos de viver que limitam a potencialidade própria da vida que é criar outras ficções, modos outros de incorporar a existência (Veiga, 2021, p.40).

Segundo Maylla Chaveiro (2024), é imprescindível que as pessoas negras possam ter espaços para imaginar futuros afrocentrados, potentes e cheios de axé. A autora propõe que quilombos acadêmicos sejam construídos, para que a subjetividade de pessoas africanas em diáspora seja fortalecida com memórias ancestrais. Ser negro em uma sociedade com pensamentos ainda derivados da colonização e de uma política de morte (Mbembe, 2020) a esses corpos é extremamente difícil, e ter vias de expressão sobre esses atravessamentos é imprescindível na construção de novas realidades; realidades essas que, na maioria das vezes, são construídas a partir da ficção, seja através da música, dos filmes, da escrita, da arte.

Nesse sentido, a escrevivência tem sido utilizada também como ferramenta metodológica investigativa e de produção de conhecimento dentro da academia, na tentativa de promover trabalhos mais criativos, originais e que, de fato, levem em consideração a história e experiências de mulheres e pesquisadoras negras (Soares e Machado, 2017) contrariando a ideia totalmente neutra e impessoal dada como modo ‘correto’ de produzir ciência. Apesar de haver uma visão social estreita e uma resistência a mudanças no currículo e saberes, há um crescente número de áreas nas ciências humanas e sociais que estão desenvolvendo novas práticas docentes, baseadas em novas interpretações curriculares.

A emergência de novos atores sociais tem possibilitado a construção de um projeto decolonial dentro da produção de conhecimento no Brasil, mesmo com a persistência de privilégios mantidos por alguns grupos. Essas mudanças apontam para uma abertura de horizontes e uma ampliação do diálogo intercultural, contribuindo para uma compreensão mais diversa e inclusiva da sociedade brasileira. Embora a escrevivência tenha sido cunhada por Conceição Evaristo no Brasil, ela pode ser vista na escrita de diversas autoras negras, algumas delas como bell hooks, em sua vasta literatura, e Grada Kilomba, representada no trecho a seguir:

[...] não concordo com o ponto de vista tradicional que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa, melhor que o envolvimento mais pessoal. Ser uma pessoa “de dentro” produz uma base rica, valiosa em pesquisas centradas em sujeitos (Kilomba, 2020, p.83).

Dessa forma, a escrevivência também confere um caráter de reivindicação de vozes subalternizadas em diversos meios de criação de conteúdo e conhecimento, sejam eles científicos e/ou artísticos. Afinal, é possível que as maneiras pelas quais as notícias comunicam sua imparcialidade e neutralidade possam funcionar como uma camuflagem para as pressuposições ideológicas subjacentes. Desse modo, a representação desses discursos pode servir para desviar a

atenção do espectador de questões fundamentais, tais como a escolha de apresentar os temas de uma determinada maneira ou as razões pelas quais o problema é tratado como tal, a exemplo disso tem os grupos políticos que constroem suas imagens com objetivos muito específicos para atingir seus públicos (Hackett em: Traquina, 1999, p.121-122).

A escolha de narrativas específicas que enfatizam determinadas perspectivas em detrimento de outras, pode influenciar a percepção pública e solidificar uma visão específica do poder. Esse fenômeno é evidente quando certas vozes são marginalizadas ou negligenciadas, fortalecendo a hegemonia de grupos específicos, que geralmente são brancos. A padronização de práticas e comportamentos por meio do discurso pode gerar uma aceitação implícita das relações de poder existentes. A consequência disso é a legitimação de práticas discriminatórias ou autoritárias, contribuindo para a consolidação dessas dinâmicas. Dessa forma, a linguagem empregada nos discursos pode inadvertidamente validar e fortalecer estruturas de poder preexistentes, justificando desigualdades e promovendo a aceitação inconsciente dessas disparidades. Como ilustra o trecho a seguir:

O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta (Fairclough, 2001, p.94).

As estruturas de poder estabelecidas moldam não apenas as relações sociais, mas também os sistemas institucionais que influenciam a formação de consenso e a definição do que é considerado a “vontade geral”. Isso resulta na consolidação da hegemonia de uma classe em particular, reforçando seus valores, interesses e modos de comunicação como normativos e inquestionáveis, como expresso a seguir:

Ao longo da história, a definição, a interpretação e aplicação prática do direito de comunicar seus pensamentos e opiniões sempre causaram problemas. A realidade das relações de força – de classe, de gênero, de raça ou de etnia – naturalizou uma forma de institucionalização das maneiras de se produzir a vontade geral e garantir o consenso, que legitimou a hegemonia de uma classe em particular, de seus interesses, de sua visão de mundo e de seus processos comunicacionais como sendo os únicos possíveis (Mattelart, 2009, p.37).

Apesar dos desafios atuais em relação à Comunicação como um Direito Humano e em encontrar espaços efetivos que viabilizem a expressão de grupos minoritários, é importante destacar que, como cita Mattelart (2009), “há uma recusa de uma comunicação da elite para as massas, do centro para a periferia, dos ricos para os pobres. Começa a crescer o princípio da diferença: sem distinção de qualquer origem nacional, étnica, linguística ou religiosa” (2009, p.38). Isso se dá em todos os ambientes, não apenas político, mas também nos culturais que envolvem arte e educação.

Considerando o ponto de que não existe neutralidade científica ou nos meios artísticos, educacionais e midiáticos, tem-se a importância de fortalecer os discursos pluriversais de mundo, como afirma Chimamanda Adichie, “quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre um lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso” (2019, p.33). A partir desses elementos de comunicação pautados nas escrituras de grupos minoritários, é possível criar novas referências que sirvam de modelos de experiências, de imagem e autoestima positiva, e de identificação para mulheres negras e povo negro no geral. Afinal, os meios comunicativos são fundamentais para o combate de diversas opressões de raça, gênero, classe, dentre outros, como destacado no trecho a seguir:

As práticas comunicacionais digitais podem promover agenciamentos socioculturais que contribuem para o combate ao racismo, patriarcado e discriminação de classe. Estes são

marcadores sociais que, não podem ser hierarquizados, pois funcionam como formas de opressão concomitantes (Velo, Andrade e Condorelli, 2020, p.13).

A exemplo disso, destacam-se páginas de Instagram que abordam as narrativas de mulheres e pessoas negras nos seus diversos aspectos, bem como o Impressões de Maria (@impressoesdemaria), em que a escritora e criadora de conteúdo Maria Ferreira compartilha suas leituras e escrita com enfoque em raça e gênero; Amanda Dias com o @granapretaoficial, abordando a temática de educação financeira e ancestralidade para pessoas pretas, sempre destacando como o dinheiro é promotor de acesso e poder, sendo um elemento importante para grupos constantemente diminuídos por conta da branquitude e racismo estrutural.

Há também o podcast “Afetos”, criado pelas comunicadoras Gabi Oliveira e Karina Vieira, mulheres negras que compartilham suas escrituras através dos episódios; autoras literárias como Evaristo, bell hooks, Octavia Butler, Carolina Maria de Jesus, dentre outras autoras e segmentos artísticos como a indústria de filmes com direções que promovam representatividade, bem como “A Mulher Rei”, filme afrocentrado protagonizado pela atriz Viola Davis, além do elenco repleto de pessoas negras.

Pode-se afirmar que entrar em contato com as experiências de mulheres negras e diversos outros grupos raciais e étnicos não brancos é uma forma de promover outras formas de conhecimento e comunicação que amplia a visão de mundo do sujeito. Sendo isso feito por meio de produções mais inclusivas e abrangentes de realidades afrocentradas.

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (Pelúcio, 2012, p.399).

É a partir de referências feitas por e para mulheres negras e suas escrituras que surge a possibilidade de construir uma autoimagem que não parte da visão negativa do racismo, a fim de preservar e constituir uma subjetividade saudável e positiva que parta de suas próprias identidades e ancestralidades. Como afirma Neusa Santos Souza “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (2021, p.25).

Por fim, a escrita de mulheres negras tem sido um portal para comunicar tantas memórias ancestrais e para subverter a ordem colonial imposta sobre nossos corpos. Assim, as mulheres negras que escrevem estão abrindo caminhos para gerações futuras, realizando jogos políticos por meio de suas denúncias ao racismo, machismo e tantas outras opressões. Como bem descreve a autora e intelectual Glória Anzaldúa (2000):

Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia (Anzaldúa, 2000, p.4)

Considerações finais

A partir desse trabalho, apresentamos a importância das escrituras como ferramenta de comunicação e construção de narrativas que valorize e promova as subjetividades de mulheres

negras. A partir de espaços para expressão, construção e representação de histórias e experiências que valorizem as vivências de mulheres negras abrangendo suas vastas necessidades, considerando a interseccionalidade, uma vez que poucos espaços foram feitos para ouvi-las e causar identificação a elas com legitimidade. Que esses espaços sejam promovidos nos diversos âmbitos, bem como no meio acadêmico, quanto nos cinematográficos, musicais, jornalísticos, artísticos e mídias em geral.

Ademais, buscamos relacionar como a comunicação expressa e consumida está intrinsecamente ligada à construção de identidades e subjetividades que partem de lugares psicológicos, mas também sociais. Como afirma o psicólogo e comunicador Márcio Gonçalves (2020, p.57), renunciar a uma visão classificatória dos sujeitos, culturas e meios de comunicação é necessário, uma vez que implica abandonar paradigmas de um epocalismo generalizado a fim de adotar pensamentos e referências mais localizadas e atentas às diferenças.

Considerando os meios de comunicação, os quais, atualmente, chegam a lugares inimagináveis e podem promover vias de conhecimento a diversas pessoas, esses meios são ferramentas imprescindíveis para a transformação social. Desse modo, reivindicamos com esse artigo, que esses meios, sejam eles tecnológicos ou não, se utilizem das escrituras como forma de afirmar e valorizar a pluralidade de saberes, principalmente da realidade de mulheres negras no Brasil. Realidade essa que, apesar da retratação negativa em vários meios, apresenta muita potência em suas vivências.

Referências

A MULHER Rei. Direção: Gina Prince-Bythewood. TrisStar Pictures, 2022. 2:22 h.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 01, p. 229-236, 2000.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa. Interseccionalidade e sua pluralidade conceitual: Um quadro comparativo entre autoras: Intersectionality and its conceptual plurality: A comparative chart between authors. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 29, n. 2, p. 58-77, 2023.

CHAVEIRO, Maylla Monnik Rodrigues de Sousa. **Psicologia Clínica Africana: Teoria e Prática.** Editora Dialética, 2024.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping thens Margins:** Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. 1995.

DIAS, Amanda. Instagram: **@granapreta.** Disponível em: <https://www.instagram.com/granapretaoficial/>. Acesso em: 30 dez. 2023.

DUARTE, Eduardo. de A. **O negro na literatura brasileira.** Navegações, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 146–153, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/16787>. Acesso em: 29 dez. 2023.

ESCREVIVÊNCIAS. Comunicadoras: Gabi Oliveira e Karina Vieira. [S. l.]: Afetos, jul. 2020. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1xzJRZOSqrkiryk3jtcejq?si=5kq8bkbQf-EI01lmsYk8A>. Acesso em: 30 dez. 2023.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, v. 1, p. 26-46, 2020.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Pallas Editora, 2017.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares**, v. 1, n. 1, p. 52-57, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003. _ . Conceição por Conceição Evaristo. Depoimento concedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora Unb, 2001.

FANON, Frantz. **Pele Negra. Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, Maria. Instagram: **@impressoesdemaria**. Disponível em: <https://www.instagram.com/impressoesdemaria/>. Acesso em: 30 dez. 2023

GONÇALVES, Márcio Souza. Para pensar comunicação, cultura e subjetividade: uma perspectiva de análise. **MATRIZES**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 59-78, 2020. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v14i1p59-78. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/159524>. Acesso em: 30 dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HACKETT, Robert A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos. TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo, Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher**. Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

HOOKS, bell. **Talking back: Thinking feminist, thinking black**. South End Press, 1989.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020. LAFERRIÈRE, Dany. País sem chapéu. São Paulo: Editora, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**, Melusina. Santa Cruz de Tenerife, 2011.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. Pág. 33, 2009. DOI: 10.1590/rbcc.v32i1.236. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/236>. Acesso em: 29 dez. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Melusina, 2020.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 2, n. 2, p. 395-395, 2012.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MARQUES DE MELO, José.; SATHLER, Luciano. **Direitos à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Unesp, 2005.

RIBEIRO, Luciara. Desconstruir a hegemonia branca nas artes brasileiras é uma ação efetiva de mudança. **Arte brasileiros**, 2020.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia Política**, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

VEIGA, Lucas. **Clínica do impossível**: Linhas de fuga e de cura. Telha, 2022.

VELOSO, Maria do Socorro F.; ANDRADE, Alice Oliveira de; CONDORELLI, Antonino. Insubmissas mulheres negras: comunicação e interseccionalidade contra o epistemicídio. **Esferas**, n. 18, p. 6, 23 nov. 2020.

Recebido em 25 de janeiro de 2024.

Aceito em 21 de março de 2024.